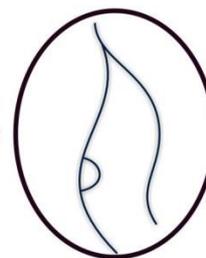




INTERFACE
ISSN 1806-6062



nemad.webnode.com - Interface, Edição número 06, maio de 2013

Literatura, história e geografia: possibilidades para a abordagem interdisciplinar a partir dos romances *Serra dos Pilões – Jagunços e Tropeiros*, de Moura Lima, e *O Tronco*, de Bernardo Élis

Daiany Ribeiro Teixeira¹
Marina Haizenreder Ertzogue²

Resumo

Neste artigo serão discutidas, sob um ponto de vista teórico, as relações entre a Literatura, a História e a Geografia, buscando subsídios para caracterizar duas obras literárias regionais, as narrativas *Serra dos pilões – jagunços e tropeiros*, de Moura Lima e *O Tronco*, de Bernardo Élis. Uma vez que a obra literária traz uma imagem de seu tempo, seu espaço e sua cultura, o romance neste contexto assume um caráter de representação. Tais atributos fazem das obras literárias fontes de pesquisa para diferentes áreas das ciências humanas, ressaltando seu caráter interdisciplinar. A Literatura, em especial em sua vertente regionalista, poderá, assim, ser tomada como representação para o entendimento da relação do homem com o seu ambiente e como essas relações se estruturam e se constroem.

Palavras-Chave: Literatura, História, Geografia e Romance

Abstract

This article discusses, supported by the theory, the relations between Literature, History, and Geography, seeking grants to describe two regional literary works: *Serra dos pilões – jagunços e tropeiros*, by Moura Lima and *O Tronco*, by Bernardo Élis. Once the literary work carries a picture of its time, space and culture, the novel in this sence plays the represatation role. Such things make the literary work as search sources of diverse areas on human sciences, focusing on interdisciplinarity. The Literature, specially on its regional strand, may be taken as a representaton understanding of the relation between men and the environment and how it gets structured and constructed.

KEY-WORDS: Literature, History, Geography and Novel

¹ Graduada em Letras e Mestre em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins daianyribeiro@hotmail.com

² Doutora em História Social pela USP. Professora da Universidade Federal do Tocantins. Pesquisadora do CNPq marina@uft.edu.br

1. Introdução

Um estudo que busque compreender a Literatura como forma de representação precisa levar em consideração, em seus antecedentes teóricos, o próprio conceito de Literatura, bem como sua finalidade. De acordo com o teórico Massaud Moisés (2001, p. 44) a Literatura “constitui uma forma de conhecer o mundo e os homens”, carrega em sua essência a séria “missão” “de contribuir para o desenvolvimento daquilo que o homem busca compreender durante toda sua existência, ele mesmo”. Já segundo a historiadora Sandra Pesavento (2002), a literatura é tanto resposta quanto meio de representação e formação da sociedade. Compartilhando dessas ideias, complementamos, literatura é um relato das formas de sentir, de ver e de sonhar a sociedade, é um elemento polifônico por excelência. Representa um panorama da vida social e cultural na qual está inserida.

Para Sevckenko (1999), todo escritor possui uma liberdade de criação na concepção de suas obras literárias, mas seus temas, valores e motivos de criação são implicados pela sociedade e seu tempo, uma vez que a obra literária busca representar num dado espaço e tempo a sociedade. Assim, a literatura pretende, na maior parte das vezes, representar a história social, servindo como referência para compreendermos a “realidade”. Tal característica é especialmente evidenciada por Sevckenko (1999) no caso da Literatura brasileira.

De tal modo, a construção de uma obra literária, se configura como o resultado desse processo de constituição que tem por objetivo abordar, descrever ou rerepresentar a “história” político-social e cultural de um indivíduo ou de um grupo, em um dado espaço e tempo, seja como forma de evidenciar, denunciar, contar ou afirmar o que se procura trazer à tona. Uma das formas de demonstrar tais objetivos, referidos anteriormente, pode ser alcançado na construção e elaboração do romance. Como o romance é um dos gêneros de expressão da literatura, representa a forma de pensar a história, de estabelecer a memória do tempo e a reconstituição do espaço, tomando a

sociedade e as práticas sociais como objeto de reflexão.

De acordo com Moisés (1999), pelo fato do romance concentrar em seu processo de construção outras esferas do conhecimento, como a História, a Geografia, a Política, as Artes e a Sociologia, acaba por contribuir para “reconstituição do mundo”, oferecendo uma visão global. Assim, o autor define o romance pela sua faculdade essencial que “consiste em recriar a realidade: não a fotografa, recompõe-na; não demonstra ou reduplica, reconstrói o fluxo da existência com meios próprios, de acordo com uma concepção peculiar, única, original” (MOISÉS, 1999, p. 165).

2. Literatura como representação

Segundo Moisés (1999), o romance, como se configura hoje, surge no século XVIII com o Romantismo, na revolução cultural da Escócia e da Prússia. Com os desgastes das estruturas socioculturais da Renascença – o absolutismo na política, na religião, nas artes, franqueados nos dogmas clássicos – o romance dá lugar a uma aura de liberalismo, com o novo espírito implantado pelo sentimentalismo individualista.

A epopéia, considerada a mais suprema expressão da arte segundo a tradição aristotélica, resigna seu espaço a uma forma burguesa, o romance. Busca-se o mesmo papel desempenhado pela epopéia: representar uma imagem da sociedade, com uma literatura feita pelo povo, para o povo e com o povo, sobretudo para representar a ascendente classe burguesa.

Assim, com a revolução industrial inglesa, na segunda metade do século XVIII, o romance se torna porta voz da sociedade, servindo como instrumento para registrar e evidenciar desde aspirações a ópio sedativo do cotidiano. Para Moisés, a mesma burguesia que remunera o escritor, pois acredita que sua função é distrair-lhes, oferece, sem perceber, sua vida artificial como cenário para o espetáculo (MOISÉS, 1999). Logo, o romance busca ao longo de seu percurso histórico, construir uma maior aproximação do homem

com a sociedade que o representa, seja através de suas angústias, de seus sonhos, de seus anseios, de suas críticas ou de suas metáforas para significar esses desejos e transfigurar essa realidade.

No Brasil, o romance chega apenas em meados do século XIX, segundo alguns críticos, tardiamente e com matizes novelescas. A primeira obra de cunho e características românticas é *A Moreninha* (1844), de Joaquim Manoel de Macedo, mas a escola só passa a ser largamente cultivada e difundida com a obra *O Guarani* (1857), de José de Alencar, cuja proposta era valorizar temas nacionais como o índio, a consciência nacional, além de temas históricos e urbanos.

Assim, o romance se desenvolve e se aperfeiçoa à medida que se afirma em todos os movimentos literários subsequentes. Em todos os períodos literários, o romance tem seus expoentes mais expressivos. No Realismo/naturalismo, o romance passa por um momento de altivez com Aluísio Azevedo, Machado de Assis, Raul Pompéia, Coelho Neto e muitos outros nomes. No Simbolismo, é notadamente representado por Lima Barreto e Graça Aranha; e no Modernismo, quando atinge seu apogeu e amadurecimento estético e estrutural, é concebido por grandes nomes como Jorge Amado, Érico Veríssimo, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, dentre outros (MOISÉS, 1999). É neste último período literário, mais especificamente no regionalismo, que também se inserem, por suas características, os autores Moura Lima e Bernardo Élis, cujas obras serão de interesse desta pesquisa.

De acordo com Cândido (2000) a literatura brasileira representa um dos pilares na formação da nossa cultura, pois as mais expressivas contribuições para o pensamento e para a sensibilidade no país pode ser encontrada na forma literária. O que evidencia, segundo o autor, a intrincada relação entre literatura e sociedade, pois ao longo de seu percurso histórico a literatura brasileira sempre buscou estar ligada à formação social e cultural do país. Isso demonstra a importância da

literatura tanto para a cultura como para as instituições sociais do Brasil.

Cada um desses movimentos literários contribuiu para a consolidação e construção da Literatura Brasileira, seja como forma de negação das ideias empreendidas pelas escolas literárias que as antecederam ou como forma de ampliá-las. Como o foco de interesse deste trabalho se encontra na literatura regional, uma vez que os romances de Lima (2001) e Élis (1988), se inserem nesta vertente, nos atentaremos de modo mais específico a este período. Por conseguinte, buscaremos compreender como a construção político-social e cultural dessa corrente literária influenciou na criação de um vasto e importante material acerca do Brasil e da sociedade no século XX.

3. O Regionalismo na literatura brasileira e seu caráter histórico e geográfico

O Brasil, segundo Cândido (2000), por suas circunstâncias históricas de um país colonial, não ficou isento de ter que confrontar, ao longo de seu amadurecimento literário, a estética europeia para construção de uma consciência nacional. Dessa forma, o regionalismo intenta desde seu surgimento a partir da segunda metade do século XIX, mostrar os costumes, a vida, a linguagem e o cotidiano do homem do interior do país, cujo progresso afetou de modo mais fraco sua forma de ser, viver e interagir com o meio, em comparação com o brasileiro do litoral urbanizado. As obras literárias desta temática buscam retratar, segundo Cruz (2008, p. 21), "a realidade sócio-histórica local, o sentimento nativista, a incorporação da oralidade, a ênfase no documentário e a preocupação com o registro da linguagem coloquial".

Ao tratar do regionalismo brasileiro, Cândido (2000) fala da fragmentação cultural e social do Brasil, problematizando os diferentes "brasis" construídos ao longo da História, seja por questões históricas e sociais ou por tantos outros fatores que fomentaram durante séculos (e fomentam) essa fragmentação e desigualdade. Para ele, o regionalismo está alicerçado na ideia de isolamento cultural e

atraso em relação ao litoral, uma vez que o interior e o sertão³ estão apartados dos hábitos urbanos e acabam, por consequência, preservando suas particularidades ao refletirem características locais, o que faz com que representem mais verdadeiramente o país (CÂNDIDO, 2000).

O regionalismo passou por três momentos durante seu percurso de construção e afirmação: inicialmente como subproduto do romantismo, depois como influência do realismo/naturalismo e, por fim, como regionalismo de 1930 (CÂNDIDO, 1989, CRUZ, 2008).

A primeira fase do regionalismo, chamada de regionalismo romântico ou fase da “consciência eufórica do país”, foi caracterizada por temas como a valorização do índio e da natureza. Havia uma preocupação em destacar o nativismo, o herói brasileiro (índio), uma vez que o país estava passando por um momento de independência política. A literatura desse período será regida pelo espírito anticolonialista que buscava fortalecer uma consciência nacional por meio da literatura. Esta fase é reconhecida por alguns críticos literários como literatura de auto-afirmação. Dentre seus principais representantes podemos citar José de Alencar, Bernardo Guimarães, Visconde de Taunay e Franklin Távora (CÂNDIDO, 1989, CRUZ, 2008).

A segunda fase do regionalismo, denominado como regionalismo realista/naturalista ou fase de “pré-consciência do subdesenvolvimento”, tem início no país com a publicação do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, em 1881. Neste segundo momento, temos uma forte reação ao sentimentalismo da fase anterior. Buscava-se, nesta fase, pensar as transformações vividas pela sociedade de forma objetiva, preocupando-se em entender o presente, o comportamento da sociedade e a busca por retratar o “verdadeiro” Brasil e os brasileiros. Os escritores mais significativos dessa fase são Inglês de Souza, Manuel de

Oliveira Paiva, Afonso Arinos e Domingos Olímpio (CÂNDIDO, 1989, CRUZ, 2008).

Já o terceiro momento, ou fase “super-regionalista”, também conhecido como “regionalismo de 1930”, foi caracterizado pela aparição de várias obras de ficção escritas no Brasil a partir do ano de 1928. Teve como precursor o romancista José Américo de Almeida, com sua obra *A Bagaceira* (1928). A principal característica das obras literárias desse período é a exibição dos problemas humanos e locais, representados por dramas humanos como a seca, a pobreza, o sertanejo, os retirantes, o sertão, os coronéis, a oligarquia local, a corrupção e a política. Os nomes mais significativos deste período são Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Jorge Amado (CÂNDIDO, 1989, CRUZ, 2008).

De acordo com Cruz (2008), a literatura regional de 1930 trata da tomada de consciência de que os problemas nacionais não foram superados e que escapando aos estereótipos de “terra bela” e “pátria grande”, é uma fase de compreensão de que, além de país subdesenvolvido, a realidade social continuava quase a mesma. Ainda segundo Cruz (2008, p. 44), “entre os intelectuais tornou-se imperativa a convicção de que a literatura não era gratuita, que tinha uma função, fosse a de criticar o sistema oligárquico-português, fosse o de apontar caminhos para o povo”.

Confirmando esta opinião, Sevcenko (1999) destaca que a literatura brasileira, por meio das obras de ficção, constitui uma autoridade cultural de grande poder simbólico e os intelectuais, lançando mão desta ferramenta, criam discursos instituidores de ordens simbólicas orientando ações e legitimando práticas.

De acordo com Cândido (1999), a ficção exerce uma função social no Brasil, pois devido ao fato do homem necessitar deste recurso para contar e ouvir histórias, cria assim, seus modelos sociais e/ou explicações para suas experiências e existência. Para o autor, os textos ficcionais que se propõem a este papel tomam como ponto de referência o real. Um modelo deste gênero textual pode ser exemplificado com os romances *O Tronco* (1988) e *Serra dos Pilões* –

³ A palavra sertão é aqui entendida segundo o conceito de sertão de Vicentini (1998), que representa características como: inóspito, distante, atrasado, deserto e isolado.

jagunços e tropeiro (2001), que têm como tema retratar a realidade social, política e cultural da região norte do sertão goiano, hoje Estado do Tocantins.

Segundo Cândido (1995), nas narrativas regionalistas de 1930, a temática era mostrar o interior do Brasil e sua realidade, principalmente as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Busca-se evidenciar, na maioria das vezes, conflitos formados por bandos de jagunços que lutavam tanto a despeito dos mandos dos oficiais despóticos, quanto a serviço de coronéis e chefes políticos locais. O mandonismo que imperava nesse período acabava por converter o empregado leal em jagunço, servindo ao seu coronel para resolver desde contendas econômicas a lutas políticas. De acordo com o autor, a palavra jagunço está atrelada, “à idéia de prestação de serviço, de mandante e mandatário, sendo típica nas situações de luta política, disputa de famílias e grupos” (CÂNDIDO, 1995, p. 155).

Ao analisar, por exemplo, a obra *Chapadão do Bugre*, de Mário Palmério, cuja narrativa conta a história dos acontecimentos ocorridos no sudoeste de Minas Gerais, Cândido (1995) nos revela o cenário típico dos romances regionalistas de 1930, em que destaca fatos como o panorama político da época, evidenciando as características históricas encontradas em quase todos os romances deste período: “o poder central do Estado, dependente dos coronéis, graças ao mecanismo do voto acaudilhado, exerce uma ação, antes do usufruto político do que de restrição do coronelismo” (CÂNDIDO, 1995, p. 159). Do mesmo modo, tais características estão presentes nos romances de Moura Lima (2001) e de Bernardo Élis (1988), que retratam o panorama regional do norte goiano no início do século XX.

Conforme representados nestes romances, grupos familiares, formando instâncias privadas de poder, atuavam nas pequenas cidades e vilas do interior do país como “instituições” ou “parasitas” do governo, e que impedem o desenvolvimento das localidades onde detêm o poder. Eternizavam uma “ordem social torcida dos coronéis [...]”

tendo por base a imposição do arbítrio e por instrumento o que se poderia chamar exploração do trabalho criminoso do jagunço” (CÂNDIDO, 1995, p. 158).

Ainda segundo este autor, quando existiam restrições por parte do governo, em se tratando das instâncias privadas do poder ou das oligarquias locais em algumas narrativas, era, pois, em ocasiões de perseguições a grupos adversários ou grupos incômodos que não atuavam em conjunto com as ações e vontades do Estado. Esta característica está presente no romance *O Tronco*, de Bernardo Élis, uma vez que o personagem principal da narrativa, o líder político da Vila de São José do Duro, era adversário dos então governantes do Estado de Goiás.

De acordo com Sevcenko (1999), é a partir da construção da obra literária que o autor deixa sua mensagem, seja ela política ou não, para a sociedade. Outra característica importante para se compreender a mensagem que esta procura mostrar, está presente no contexto político-social da época, principalmente se os escritores produziram obras cujo cenário era o do sistema vigente na Primeira República.

O tempo, a política e a cultura são empregadas para designar a construção e a caracterização de algumas obras literárias, como os “romances históricos” e “romances etnográficos”. A Literatura é uma fonte de representação do tempo e da sociedade que busca representar, o que reforça suas ligações com a História. O primeiro passo para compreendermos a formação e construção dessa representação se dá quando apreendemos o contexto político e social das narrativas que estudamos e a tomamos como fonte de representação de uma dada realidade, obedecendo um recorte temporal e espacial.

No que concerne às discussões em torno da validade do romance como instrumento para se conhecer a “verdade” e o passado, Lowenthal (1998) discute e defende a utilização do romance histórico como uma possibilidade de fonte de pesquisa. Para o autor, “a verdade na história não é a única verdade sobre o passado; cada história é

verdadeira em infinitas maneiras, maneiras estas que são mais específicas na história e mais gerais na ficção” (LOWENTHAL, 1998, p. 134).

Segundo Lowenthal (1998), entre a narrativa de ficção histórica e um trabalho historiográfico existem diferenças sutis. A narrativa histórica é uma das formas de se compreender a história, e alguns romancistas históricos se valendo dessa ferramenta, tencionam o mesmo que os historiadores, ajudar os leitores a conhecerem e sentirem o passado (STANLEY, 2009).

Para Döblin (2006), mesmo os historiadores e romancistas tendo em mãos fontes iguais, cada um as interpreta de maneira distinta, pois é praticamente impossível fazer uma leitura, uma interpretação e uma análise sem julgamentos. Para o autor, o julgamento já está presente desde a escolha e organização do material. O que irá diferenciar esta interpretação será a forma como serão transmitidas e preenchidas as lacunas do tempo no momento de organização intelectual das fontes e do texto (DÖBLIN, 2006).

De acordo com Lowenthal (1998), não há um conhecimento global sobre o passado, mas antes indagações e suposições de como o passado foi, pois o historiador só conhece o passado de forma indireta. Muitos historiadores não aceitam essa semelhança com a ficção histórica, uma vez que alegam que a narrativa de ficção histórica não é necessariamente comprometida em explicar a verdade ou as verdades do conhecimento histórico, mas antes em entreter seus leitores. Porém, para Lowenthal (1998), a verdade encontrada no trabalho de pesquisa dos historiadores também pode ser encontrada em algumas narrativas literárias. Logo, conhecer o passado não é uma tarefa exclusiva da História (LOWENTHAL, 1998; STANLEY, 2009).

Assim, corroborando com essa perspectiva, para Döblin (2006), muitas vezes a tarefa do historiador se confunde com a tarefa do romancista, mesmo no caso do segundo ter mais liberdade de criação e interpretação dos fatos, ambos buscam desvelar fatos e acontecimentos importantes, social e culturalmente, seja dando voz àqueles que

foram preteridos ou trazendo à tona novas perspectivas dos fatos.

Segundo Lowenthal (1998), o romance é uma maneira de transmitir o conhecimento histórico e tornar o passado mais inteligível e com uma linguagem de mais fácil acesso às pessoas, além de

tornar presente o passado, aproximar o distante,... compreender a realidade dos seres humanos em carne e osso,... trazer nossos ancestrais perante nós com todas suas peculiaridades de linguagem, modos e trajes, mostrar sua casas, sentar às suas mesas, [...] essas partes do ofício que são próprias do historiador foram apropriadas pelo romancista histórico (LOWENTHAL, 1998, p. 66).

Deste modo, o romance histórico é dependente da realidade, uma vez que se orienta e bebe em suas fontes. Os fatos e acontecimentos históricos são o pano de fundo para sua construção, elaboração e concepção. É através dos personagens que o romance cumpre, segundo Döblin (2006), sua “função social” desde seu surgimento “que é a de transmitir e preservar os grandes acontecimentos na consciência das massas, do coletivo” (DÖBLIN, 2006, p. 22).

Lowenthal (1998), também nos fala das duas necessidades concernentes ao romance histórico, segundo Butterfield (1924, citado por LOWENTHAL, 1998). Para Butterfield, o romance ao contrário da história formal, traz a possibilidade do leitor “sentir” o passado, seja nos exemplos do cotidiano, “a vida que ferve nas ruas, torna cada esquina de um gueto um local de curiosidade e interesse” (LOWENTHAL, 1998, p. 129), ou nas paixões humanas, nas alegrias e tristezas dos personagens que compõe esse quadro. E, o segundo componente é o fato do romance histórico conseguir transportar os leitores ao passado transcendendo a percepção retrospectiva dos leitores e fomentando a imaginação.

Assim, a função do romance para Döblin (2006) se define: “[...] pela sua capacidade de representar, de forma veraz e séria, o fenômeno pessoal e social” (DÖBLIN, 2006, p. 26). Para o autor, o caráter de veracidade do romance se faz na arte de narrar uma realidade “peculiar, pessoal, individual ou social” (DÖBLIN, 2006, p.

28). Deste modo, o romancista alcança uma “forma especial de cientista”, ele é uma combinação particular “ele é em especial uma mescla entre o observador do social, o psicólogo, o filósofo” (DÖBLIN, 2006, p. 28). Portanto, cabe ao escritor traduzir em palavras a realidade e a transformar em poética a partir de suas experiências.

Os escritores latino-americanos, conforme discutido por Ramos e Ertzogue (2012), podem ser igualados às grandes figuras sociais que discutem a produção da ordenação social, tese que Bourdieu trata em sua obra *O poder Simbólico* (BOURDIEU, 1984, citado por RAMOS e ERTZORGUE, 2012). Segundo alguns estudiosos, como Cândido (2000), Sússekind (1990), Sevcenko (1999) e muitos outros, a Literatura feita na América Latina é embotada de autoridade social e pode ser tomada como discursos de grande influência sobre o pensamento coletivo. O romance, como produto final deste esforço intelectual, uma vez discurso, se valida como “lugar de ordenação da verdade social” (RAMOS e ERTZORGUE, 2012, p. 489).

Segundo os autores, não devemos deixar de considerar e valorizar “o ambiente social da produção literária” e a biografia do autor, para que possamos entender sua obra, uma vez que a crítica literária leva em conta esses fatores. Portanto, entender o lugar de fala do escritor é um fator importante para compreendermos sua produção, tendo em vista que este tem grande autoridade social e força de criar “verdades” (RAMOS, 2012, p. 489). Assim, algumas narrativas surgem, segundo os autores, para dar sentido e orientar as sociedades.

As obras *Serra dos pilões – jagunços e tropeiros* (2001) e *O Tronco* (1988) se configuram como romances regionais históricos e também etnográficos, uma vez que as narrativas se valeram de pesquisa histórica e sociológica para sua construção, sendo o romance o produto final dos resultados dessa pesquisa. Puga (2007, p. 192) assim define uma narrativa etnográfica e seu processo de construção:

[...] podem definir-se quer como narrativas ficcionais produzidas com base em resultados de trabalho de campo, sendo utilizados materiais provenientes dessa investigação empírica para caracterizar comunidades ou povos de forma o mais aproximada da realidade possível, quer como textos ficcionais que criam locais, personagens e ações que o público julga serem autênticos em termos de uma situação cultural, social e política.

Para Puga (2007) o romance histórico e etnográfico difere de outros tipos de romance pelo fato de sua trama ficcional nos remeter para os “referentes extraliterários do mundo real” (PUGA, 2007, p.192). As estratégias de construção desses romances são com facilidade reconhecida pelos leitores, pois trazem abordagens como as práticas sociais e culturais e fatos históricos que mesmo influenciados pela imaginação do autor são associados a acontecimentos do mundo real. E que o leitor bem informado, ao ler, reconhece em suas páginas uma representação e construção da realidade em um dado tempo e espaço.

Para Moisés (1999), o romance histórico se compõe, na maior parte das vezes, de uma estrutura facilmente identificável, pois traz um tempo linear, horizontal, “objetivo” e matemático. Estrutura visível até ao leitor mais desprevenido: “este “vê” a história desenrolar-se a sua frente, obediente a uma cronologia definida” (MOISÉS, 1999, p. 188).

Por serem os romances *O Tronco* (1988) e *Serras dos Pilões – jagunços e tropeiros* (2001) obras que trazem como ponto de partida fatos históricos e também etnográficos, resgatam uma tradição da literatura brasileira advinda dos primeiros cronistas do século XVI e que voltou a cena no romance do século XIX: o documento histórico como alicerce para a construção ficcional (CRUZ, 2008).

Uma das características que reforçam a ideia de que o romance *O Tronco* pode ser considerado histórico e etnográfico é o exemplo da declaração retirada do *making of* do filme baseado no romance, em que Bernardo Élis fala de suas fontes de pesquisa para elaboração da obra. Segundo Bernardo Élis⁴:

⁴ Extraído do making of do Romance *O Tronco*, disponível na Biblioteca Central da Universidade Católica de Goiás. (Ed. conjunta: Vice-reitoria de Assuntos Estudantis, Vice-reitoria de

O livro é ficção, fundamentalmente ficção. (...) Agora, é baseado numa história que já aconteceu de verdade, mas essa história eu não dou maiores importâncias ao aspecto histórico do fato, agora eu, para fazer a história, eu conversei com mais de cem pessoas que lá na ocasião viviam. Eu conversei com vários soldados e oficiais da polícia de Goiás que tinham lutado na região e ainda estavam vivos e eu manuseei os processos policiais, processos judiciais, os processos que se abriram sobre o fato, no começo do acontecimento e posteriormente ao acontecimento. (...), por exemplo, no caso do Tronco, de um lado existem os jagunços que são (...) o povo pobre. Estes jagunços eram em grande parte é..., lá não diz, mas aqui podemos dizer, em grande parte desses jagunços eram pessoas que trabalhavam no serviço de extração de borracha da (...), da mangabeira..., mas com a crise decorrente da produção de borracha do oriente, então a borracha no Brasil perdeu preço inclusive (...) e esse pessoal foi então aproveitado como jagunços e, do outro lado tá os soldados, que também eram trabalhadores rurais, eram gentes pobres que tavam lutando, então os dois lutaram entre si (ÉLIS, citado por ALMEIDA, 2003, p. 59,60).

De acordo com Almeida (2003), o debate entre história e ficção na obra de Bernardo Élis (1988) é uma constante, pois “a inspiração para suas obras veio da História e suas narrativas demonstram sua habilidade de pesquisador ávido da História de Goiás” (ALMEIDA, 2003, p. 61). De acordo com Teles (1995), citado por Almeida (2003), no romance *O Tronco* existe uma imprecisão para se definir onde começa a ficção e onde terminam as “coincidências” dos fatos narrados com a história do estado, uma vez que “a obra suscitou polêmicas, principalmente por andarem (os críticos da época) confundindo história e ficção, como se o romancista, em vês de romancista, fosse historiador” (TELES 1995, p. 196).

Segundo Alves (2009), Bernardo Élis revela que no início de suas pesquisas a respeito dos acontecimentos históricos ocorridos na Vila de São José do Duro, seu objetivo se restringia em fazer um “estudo sociológico”, uma vez que era um estudioso da cultura e história goianas, mas ao se deparar com depoimentos,

entrevistas e outros materiais tão ricos e pelo fato da história ainda ser tão latente na população, acabou por considerar o material digno de um romance e recriou os acontecimentos em roupagens de ficção. Nas palavras de Élis (ÉLIS, citado por ALVES, 2009, p. 38):

Havia aí depoimentos tão vivos que os transcrevi integralmente para o livro. Não satisfeito, comecei a me informar das pessoas que tinham participado do evento ou que haviam morado na região, ouvindo e anotando depoimentos de perto de cem pessoas.

Podemos, assim, interpretar que para Bernardo Élis, a literatura é um meio de reconstrução da realidade. Como já salientou Sevcenko (1999), a literatura é encarada como uma possibilidade de reconstrução dos fenômenos socioculturais e como busca do entendimento da realidade regional. Isso evidencia as inter-relações entre literatura, história e sociedade, sendo o romance objeto final dessa representação. Segundo Almeida (2003), na obra de Bernardo Élis existe uma sugestão de leitura sociológica devido à forte presença de fatos históricos, servindo muitas vezes de significativo material para análise e compreensão dos aspectos político e social da vida goiana.

O mesmo processo de pesquisa histórica ocorre na construção do romance *Serra dos Pilões – jagunços e tropeiros*. Assim como na obra de Bernardo Élis, os fatos históricos também foram a mola propulsora para criação do romance de Moura Lima. Dessa forma, encontramos no romance de Lima (2001) uma proposta de leitura sociológica e a narrativa se torna um significativo documento para compreensão e análise dos aspectos sociais e econômicos do antigo norte goiano.

De acordo com Sevcenko (1999), a tradição documentária brasileira está associada ao desejo do escritor em “apresentar um retrato do Brasil”. E para alcançar tal intento, em seu processo de criação, o autor reproduz os fatos e acontecimentos do mundo, cumprindo seu compromisso em mostrar os problemas e reproduzir um retrato da sociedade. Deste

modo, o documentário se configura como uma das características da literatura regional. Portanto, ao se amparar nos registros históricos, Moura Lima recria, através da obra de ficção, sua própria “verdade histórica”. Tal característica, segundo Cruz (2008, p. 113), situa o romance “numa tradição documentária herdada dos autos e dos contos populares que a literatura nacional incorporou” e que ainda permanece produzindo frutos em algumas regiões do interior do país.

Outro exemplo por meio do qual se reforça o argumento de que a obra de Moura Lima (2001) pode ser considerada um romance histórico e etnográfico, está presente na obra de Moura (2002), quando em entrevista com Moura Lima, ao perguntar sobre seu raro e vasto acervo bibliográfico, classifica o autor como tendo: “a melhor biblioteca do Tocantins, especialmente em livros raros sobre a nossa região” (MOURA, 2002, p. 10). Algumas páginas adiante, Moura (2002) enfatiza novamente que, além de estudioso e pesquisador “infatigável” da cultura tocantinense, Moura Lima

[...] possui um acervo respeitável do que ocorreu nos últimos cem anos, nesta região (Tocantins). Mergulha sempre na poeira dos arquivos, para resgatar os nossos costumes e tradições [...] a nossa realidade histórico-social e antropológica (MOURA, 2002, p. 15).

Segundo Deboni (2007), Moura Lima utiliza-se de um fato histórico para compor a trama de seu romance no intuito de criar um passado histórico para o estado do Tocantins, uma vez que os acontecimentos narrados ocorreram quando o seu território ainda compunha o norte goiano. Assim, o autor se utiliza de elementos como a construção da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Porto Nacional, além de elementos como as canções populares, as tradições religiosas (promessas ao Senhor do Bonfim, devoção ao Divino Espírito Santo), os contos folclóricos e os costumes do povo (a tinguezada, a farinhada) para compor a tela das passagens históricas da região, o que evidencia o arranjo de um quadro que evoca o passado histórico para justificar e compreender o presente.

Segundo as palavras do próprio Moura Lima⁵, um escritor, por sua importância e responsabilidade social e cultural, pode ser definido como,

[...] o porta-voz emocional de seu país e de sua classe; é o seu ouvido, seu olho e seu coração: é a voz de sua época. Deve saber tanto quanto seja possível, e quanto melhor conheça o passado melhor entenderá seu próprio tempo, com mais força e profundidade entenderá universalmente o caráter da nossa época (MOURA, 2002, p. 11).

De acordo com Cruz (2008), o romance *Serra dos Pilões – jagunços e tropeiros* (2001), por todas essas características de romance histórico e etnográfico, se configura como uma vasta fonte de pesquisa sobre a cultura local e para a compreensão da dinâmica tanto social quanto política que procura representar. Além disso, pode ser considerado uma grande fonte de análise para as ciências sociais e humanas, uma vez que traz ao conhecimento dos leitores as lendas, os mitos e as credences do povo, o que se constitui como um elo entre literatura e realidade social.

De acordo com esses autores, apesar de todas essas mudanças no contexto político por que passava o país, com industrialização e progresso capitalista, o “mundo” sertanejo ou o sertão vivia em uma realidade social indiferente a essas novas ideias progressistas. O cenário, ao contrário, era de uma sociedade patriarcal e paternalista, onde as organizações judiciais ainda não haviam chegado e que criavam suas próprias leis e formas de controle e organização social. Assim, a literatura brasileira deste período, início do século XX, procura retratar as “realidades” de um país fragmentário de realidade dual e controversa, representadas pela modernidade e progresso da capital federal e cidades litorâneas e pelo atraso e servilismo do “sertão”, configurando o que se denomina como prosa regionalista brasileira.

A literatura também é uma representação do espaço e por isso pode estabelecer um diálogo com a geografia. Um

⁵ Transcrita do Jornal Folha da Cidade, Gurupi-TO, Edição n° 248, setembro de 2001. Citado por Moura (2002).

exemplo desta perspectiva pode ser aludido por vários estudos da Geografia Cultural em que são trabalhados desde questões como “análises dos objetos do cotidiano, representação na arte, [...] até estudos do significado de paisagens e a construção social de identidades baseadas em lugares” (SEEMANN, 2003, p. 261). A literatura, a música, as festas tradicionais, os movimentos sociais, as questões de gênero e identidade, as etnicidades e tantos outros temas são foco de estudo e pesquisa da Geografia Cultural.

Segundo Moreira (2004), a ciência e a arte-literatura falam da mesma coisa, do homem no mundo e sua relação sensível com este universo. O que difere e separa essas duas áreas, será a linguagem, ou seja, como serão usadas as palavras para significar tais experiências e sentimentos. O modo de existência dos homens é objeto de estudo de todas as escolas, classes e ideias:

A Literatura não é alheia à realidade humana, e se dela fala com a linguagem subjetiva do signo, nem por isso dela fala menos como realidade que a Ciência. São falas sobre o mundo tanto o discurso da Literatura quanto o da Geografia, da Sociologia, da Química, da Física ou da Psicologia, todos eles não sendo mais que modos de interpretação-representação do real (MOREIRA, 2004, p. 188).

Assim como o tempo e a cultura são representados em obras literárias com características históricas e etnográficas, o espaço geográfico também é objeto de representação por parte da Literatura. As expressões “romance histórico” e “romance etnográfico” são empregadas para designar a construção e a caracterização de algumas obras regionalistas. Poder-se-ia, então, pensar de modo semelhante em “romances geográficos”.

Almeida (2003), em seu trabalho sobre as representações da paisagem nas narrativas que tratam do sertão, nos fala da importância do espaço enquanto lugar onde homens e mulheres, ideologicamente diferentes ou não, constroem e firmam suas representações, suas práticas e seus interesses sociais. O espaço é, assim, tomado como um ambiente social carregado de símbolos e afetividades conferidos pelas pessoas.

Por ser o mesmo espaço construído e percebido de maneiras diferentes, o sertão como um espaço, por exemplo, pode ser apreendido com diferentes formas e significados. Ele pode ser visto como um ambiente carregado de adjetivos negativos como inóspito, pobre, atrasado, indiferente, para “aquele que vê de fora”, o estrangeiro. Ou, pode ser apreendido, ao contrário, como um lugar bom, provedor, calmo, acolhedor, pelo que ali reside “aquele que vê de dentro”, cujas vivências e experiências dão outro significado à paisagem. Isso demonstra que, dependendo do lugar de fala do sujeito que o interpreta, um mesmo espaço pode ser considerado bom ou ruim.

Assim, os significados atribuídos ao espaço geográfico representam a maneira pela qual as pessoas ou grupos percebem e significam suas paisagens. Segundo Almeida (2003), a forma de “ver o mundo”, ou o ato de contemplar a natureza, longe de ser uma atitude natural e ingênua, é embotada de significações e valores construídos culturalmente. Como “as culturas são diversas, no tempo e no espaço, a contemplação reveste-se, pois, dessa pluralidade do olhar” (ALMEIDA, 2003, p. 71).

De tal modo, isso mostra a importância de se estudar o espaço como um lugar social carregado de sentimentos, vivências, relações sociais, políticas e ideológicas. Lugar de práticas e signos que se instalam e se desenvolvem como resultantes dos processos de representações, um conjunto de interações e ações, que só possuem sentido à medida que são percebidas e interpretadas pelos sujeitos.

Para exemplificar tais argumentos, Almeida (2003) utiliza como exemplo os “modos de ver” dos viajantes estrangeiros, como Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1937), e os “modos de ver” do sertanejo, para ratificar como uma mesma paisagem pode ser construída e interpretada de formas distintas. No olhar dos viajantes, o sertão foi interpretado e descrito para “saciar a curiosidade de outros e a ensinar o que havia no Brasil” (ALMEIDA, 2003, p. 72). Já para o sertanejo, o sertão era visto como um “espaço de experiências e vivências”, um lugar

carregado de sentidos, significados e símbolos, ligados a uma história de vida. Portanto, uma paisagem enquanto paisagem, ou qualquer que seja o objeto de estudo, não existe em si mesmo, senão quando significado pelo homem.

Assim, o espaço pode ser interpretado como um conjunto de valores e conhecimentos individuais ou grupais, na criação ou manutenção de ritos, mitos e símbolos, que exprimem a relação do homem com seu ambiente, seja ele vivido e carregado de sensibilidades afetivas ou não, como nos exemplos mencionados anteriormente, pois segundo Almeida (2003, p. 86), "a paisagem é uma complexidade multiforme de realidades, de valores e gestos vividos e coexistentes".

Corroborando com essa perspectiva, Rodrigues (2003) considera que o saber geográfico e a literatura se fazem na prática sensível do exercício interdisciplinar, sendo que uma é matéria "amalgamada" da outra. Pois, de acordo com Cândido (2000), para compreendermos uma obra literária em sua integridade, não podemos separar o texto e o contexto social e político no momento de sua concepção, pois um integra o outro numa interpretação dialética.

Deste modo, um texto ou paisagem literária, registrados por um escritor, pode estar carregado de aspectos geográficos, e a Geografia Cultural dele se servir para discutir questões como cultura, território, lugar, população, ambiente e o espaço. Do mesmo modo, existe a possibilidade de uma descrição da paisagem servir como mote criador para uma obra literária, resultando deste processo uma "forma de pensar em que a cultura ocupe o centro das observações e reflexões" (RODRIGUES, 2003, p. 91).

Segundo Rodrigues (2003), o universo social como fator interno e preponderante para a produção literária pode ser facilmente exemplificado com obras literárias que tratam de problemáticas sociais, como a literatura regionalista (CÂNDIDO, 2000). Muitas obras desta fase se ocupam de temas como a seca, a miséria humana, a fome, o sertanejo, o negro e muitas outras questões de cunho social e político. Em sua investigação, a autora trata da

intrínseca relação que os sertanejos do nordeste do Brasil travam com a natureza na busca da interpretação e entendimento da paisagem da seca.

Isso denota o uso de mecanismos como a observação, as experiências e as vivências por parte dos sertanejos para interpretar e desvendar os mistérios da natureza para sua sobrevivência. Como dependem diretamente da natureza para plantio, colheita, criação de animais, esses sertanejos estabeleceram uma relação direta de interpretação da paisagem para organizar seu futuro, ainda que seja um futuro sazonal. É na leitura da paisagem que esses sujeitos reconhecem seu futuro, como destacou Irineu Joffily em sua obra *Notas sobre a Parahyba*, (1892), citado por Rodrigues (2003):

Os habitantes dessa região são um pouco astrólogos: observam com o maior interesse a barra de Natal e do Ano Bom, isto é, o modo porque aparece a aurora de cada um desses dias: e, baseados nesse exame, dão o seu juízo a respeito do próximo inverno [...] (JOFFILY, 1892, p. 50, citado por RODRIGUES, 2003, p. 101).

Também podemos citar outros exemplos de leitura e interpretação da paisagem por parte dos sertanejos como: a observação dos ventos e das nuvens, a orientação dos animais, o florescer antecipado ou tardio de algumas plantas, o canto de algumas espécies de aves ou o coaxar das rãs, o uso do almanaque *Lunário Perpétuo*, que parte da observação dos sete planetas e serve de orientação às experiências de inverno para o ano, o apelo a santos como os pedidos a Santa Luzia, São José e muitas outras formas de leitura e interpretação da paisagem fundidas no imaginário social do sertão (RODRIGUES, 2003).

É na leitura da paisagem que muitos desses homens creditam seus esforços, seu futuro e sua fé. Como exemplo de obras que tratam desta temática, podemos citar *A Normalista* de Adolfo de Caminha, *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, *O Quinze*, de Raquel de Queiroz e muitos outros romances cujo tema trata do homem sertanejo e sua estreita relação com a natureza e a paisagem que a compõe, para sua manutenção e sobrevivência.

Portanto, uma das possibilidades do uso e interpretação da Geografia Cultural na Literatura Regional se faz tendo como referência o mundo do homem sertanejo alicerçado nas práticas e costumes sobrevividos da relação que este institui com a natureza. O universo social do sertanejo se faz na procura e entendimento do espaço que habita e significa, à medida que constrói suas experiências, vivências e valores.

Outro estudo que também aborda as questões do espaço como um ambiente social de construções simbólicas e identitárias, é a obra de Ferreira (1990). A autora utiliza os conceitos geográficos de *espaço* e *lugar* na perspectiva humanística do teórico Yi-Fu-Tuan (1983) para representar a relação entre o homem sertanejo e o meio ambiente na obra regionalista *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa.

Em sua pesquisa, Ferreira (1990) analisa as imagens literárias da paisagem sertaneja roseana e como estas imagens são significadas e percebidas em função das experiências e vivências do personagem principal do romance, Riobaldo. Segundo a autora, serão através destas vivências e percepções que o personagem conduzirá a construção e reconstrução de seu universo, somando-se a essas experiências um universo de significâncias em que ora a paisagem é percebida como um *espaço-sertão* ora como *lugar-sertão*. E, é dentro deste processo de valoração e significância que se constituirá “uma profunda reflexão sobre o significado e apreensão da experiência do reencontro com a dimensão poética do habitar os espaços da Terra, recomeçando a busca dos espaços do ser” (FERREIRA, 1990, p. 6).

Espaço e lugar são conceitos trabalhados dentro da Geografia, tendo como referência universal teóricos como Henri Lefévre, Milton Santos, Yi-Fu Tuan, embora com diferentes acepções. Sob um ponto de vista humanístico ou cultural, os conceitos do teórico Yi-Fu Tuan levam em consideração as experiências do homem em seu ambiente vivido.

Segundo Tuan (1983, p. 03), “espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. Vivemos no espaço. [...]. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”. Para o teórico, as ideias de espaço e lugar não podem ser definidas separadamente, pois nas relações experienciais humanas, uma freqüentemente se funde à outra. Assim, “a partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço e vice-versa” (TUAN, 1983, p. 6).

Para Tuan (1983), o espaço é simbolizado pela liberdade, pela experiência e pela vivência, mas à medida que o homem apreende esse espaço e o dota de sentidos e valores, esse espaço torna-se lugar, um universo re-interpretado e re-descoberto pelos sentidos e valores.

De acordo com Ferreira (1990), baseada nos conceitos de Tuan (1983), o espaço é percebido como fomentador de ações sociais e psicológicas, ambiente onde os indivíduos imprimem suas experiências pessoais, suas percepções da realidade e da vida humana. A partir do momento em que um indivíduo firma um elo afetivo com esse espaço, este se torna lugar, passando a constituir o ponto de referência a partir do qual se volta a perceber o espaço re-significado. Segundo a autora, os conceitos de espaço e lugar, em algumas obras literárias como as regionalistas, principalmente, assumem uma forte dimensão simbólica, “o meio ambiente descrito pela narrativa se vincula, diretamente, aos destinos humanos, fictícios ou reais, desenvolvendo traços psicológicos e justificando as atitudes dos personagens” (FERREIRA, 1990, p. 13).

Para Tuan (1983), a Literatura é vista como uma das possibilidades de entender e perceber as experiências do homem com o seu espaço. Cria e humaniza a paisagem, dando visibilidade aos lugares carregados de valores e símbolos, o que acaba por evidenciar, por consequência desta visão, as características socioculturais, as estruturas econômicas, agrárias e políticas de algumas regiões, o que

ressalta os diversos olhares da realidade percebida do espaço.

Conforme Rodrigues (2012, p. 484), baseado em Tuan (1983), "o lugar guarda em si os significados e as dimensões acerca das concepções e representações de mundo que as pessoas produzem sobre si mesmos e sobre seu pertencimento regional". O lugar é o espaço das singularidades e das diferenças, é o ambiente em que as vivências e as experiências produzem o sentido de pertencimento e origem dentro do espaço, pois traduz as percepções de mundo e a maneira que cada sujeito significa o espaço, o que ressalta seu caráter simbólico e valorativo. Segundo Tuan (1983, p. 180), "muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. São conhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente".

Conforme apontado anteriormente, Ferreira (1990), ao analisar a obra *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, interpreta o espaço e o lugar como *espaço-sertão* e *lugar-sertão*. Para a autora o sentido de espaço e lugar não é estático, uma vez que a sua mediação é feita através do tempo e do movimento. São experiências afetivas resultante das percepções do mundo vivido com diferentes graus de intensidade. Para Tuan (1983, p. 153) "lugar é um pausa no movimento", e é a partir dessa pausa, que pode ser curta ou longa, inesperada ou planejada, que criamos laços, que valorizamos e que estabelecemos a capacidade de apreender, conhecer, sentir e refletir o espaço (FERREIRA, 1990).

De acordo com Lima (1999), cada pausa dentro do espaço, se torna um ponto de significados, e o sertão como espaço, como mundo vivido, pode se revelar de diferentes formas. Assim, "[...] o grande sertão é um espaço palmilhado de lugares [...], estruturados nas paisagens vividas, guardando em si o valor do significado das mesmas" (LIMA, 1999, p. 158).

As narrativas *Serra dos pilões – jagunços e tropeiros*, de Moura Lima e *O Tronco*, de Bernardo Élis, apresentam muitas semelhanças com narrativa analisada por Ferreira (1990), o

cenário geográfico – o cerrado, as paradas, os deslocamentos, as veredas – e o cenário histórico – início do período republicano. Portanto, os conceitos de *espaço-sertão* e *lugar-sertão*, mostram-se apropriados para compreensão das referidas obras, especialmente do ponto de vista da relação do sertanejo com seu mundo vivido.

Como a literatura regionalista propõe uma leitura espaço-temporal de uma determinada realidade, através do simbólico presente na narrativa, será através desses elementos que se conceituará o universo do homem sertanejo composto por seu *espaço-sertão* e seu *lugar-sertão*, ou seja, a construção do sujeito homem no mundo, suas relações com a natureza e com os outros.

Por fim, para Sevcenko (1999), Cândido (1995, 2000) e Moisés (1999), o romance busca representar ao máximo, tanto em amplitude como em profundidade, o homem, tornando-se, pois, fonte abundante para o historiador, o sociólogo, o geógrafo e para muitas outras áreas do conhecimento colherem material para entender o contexto social e político do mundo, uma vez que procura aproximar-se ao máximo da recriação da realidade: "coletando os escombros numa unidade imaginária ou dando forma à procura de solução para a crise, o romance cumpre sua missão de restaurar o conhecimento e a fé" (MOISÉS, 1999, p. 165).

4. Conclusões

Como pode ser observado neste trabalho, existem inúmeras possibilidades de estudos que podem ser alcançados através da Literatura. E o romance, como um de seus gêneros de expressão, ao passar por seu processo de concepção e construção, carrega em si não apenas a tarefa de entreter o leitor, mas antes, configura-se como estudo interdisciplinar ao representar a sociedade e o homem em interação com seu meio. Assim, conforme Sevcenko (1999), a literatura no Brasil sempre foi embotada por uma aura de missão, vista por alguns escritores como uma atividade política e cultural, um espaço para criticar, construir ou reorganizar a ordem social.

Pelo fato do romance estar carregado de resíduos da realidade e tencionar interpretar e narrar essa “realidade”, acaba contribuindo como fonte de estudo e pesquisa para se compreender a sociedade, a política, as ideologias e muitos outros traços e características de um povo, tornando-se, pois, uma formidável fonte de investigação humana (DÖBLIN, 2006).

Assim como o romance *Serra dos Pilões – jagunços e tropeiros*, de Moura Lima e o romance *O Tronco*, de Bernardo Élis podem

contribuir para o entendimento da história e da geografia do Tocantins, existem outras obras literárias que possuem essas mesmas características e que também podem ser estudadas da mesma forma, através de uma abordagem interdisciplinar. Portanto, a valorização da Literatura Tocantinense não implica somente em ganhos de difusão cultural, mas também em conhecimento sobre a formação histórica e o espaço geográfico deste estado.

5. Referências bibliografias

- ALMEIDA, C. R. de. História e sociedade em Bernardo Élis: uma abordagem sociológica de O Tronco. 2003. 152 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, GO.
- ALMEIDA, M. G. de. **Em busca do poético do sertão**: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro JP. Geografia – leituras e culturas. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 71-88.
- ALVES, T. A. R. Tocantins: narrativas sobre o sertão. 2009. 184 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO.
- BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: 2006.
- CÂNDIDO, A. **Literatura e Sociedade**: estudos de Teoria e História Literária. São Paulo: 2000.
- CÂNDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CÂNDIDO, A. **A Literatura e a formação do homem**. IN: Remate de Males. Campinas: Unicamp/IEL, 1999, número especial.
- CÂNDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CÂNDIDO, A. **A Educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- CÂNDIDO, A.; ROSENFELD, A.; PRADO, D. A. de.; GOMES, P. E. S. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- CRUZ, J. M. S. da. Serra dos pilões – jagunços e tropeiros e mandinga: uma Literatura de formação no Tocantins. 2008. 150 f. **Tese** (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Pós-Graduação em Letras, Niterói, RJ.
- DEBONI, M. A. O papel das Academias de Letras na formação e caracterização da atividade literária no Tocantins. 2007. 135 f. **Tese** (Doutorado em Estudos de Literatura). Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Pós-Graduação em Letras, Niterói, RJ.
- DÖBLIN, A. O romance histórico e nós. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n.44, 2006, p. 13-36.
- ÉLIS, B. **O Tronco**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.
- FERREIRA, S. T. de L. A percepção geográfica da paisagem dos Gerais no “Grande Sertão: Veredas”. 1990. 201 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1990.
- LIMA, S. T. de. Percepção ambiental e literatura: espaço e lugar no Grande Sertão: Veredas. In: RIO, Vicente del; OLIVEIRA, Livia. (org.) **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- LIMA, M. **Serra dos Pilões**: jagunços e tropeiros. 3. ed. Gurupi: Cometa, 2001.
- LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, n.17, nov.1998, p.63-201.
- MOISÉS, M. **A criação literária - prosa I**. São Paulo: Cultrix, 1999.
- MOISÉS, M. **A criação Literária: poesia**. São Paulo: Cultrix, 2001.
- MOREIRA, R. Ser - Tões: o universal no regionalismo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa (um ensaio sobre a geograficidade do espaço brasileiro). **Ciência Geográfica**, Bauru, v.X, n.3, Setembro-Dezembro, 2004.

- MOURA, F. M. de. **Moura Lima: do Romance ao Conto** – travessia fecunda pelos sertões de Goiás e Tocantins. Gurupi, Ed. Cometa, 2002.
- PESAVENTO, S. J. **O Imaginário da Cidade** - visões literárias do urbano. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- PUGA, R. M. City of broken promises enquanto romanceetnográfico: representações da Macau setecentista. **Revista de Letras do ISCAP**, 2007, n. 7, p. 191- 223.
- RAMOS, D. V.; ERTZOGUE, M. H. Performance biográfica e narrativa no Caribe: um estudo de *La Consagración de La primavera*, de Alejo Carpentier. **Revista brasileira do Caribe**, São Luis, vol. XII, n. 24, jan-jun, p. 487- 506.
- RODRIGUES, J. C. "O tocantinense não é goiano": a identidade regional e a criação do Estado do Tocantins. **Espaço & Geografia**, v. 15, n. 2, 2012, p. 475-490.
- RODRIGUES, M. F. Ferreira. **A natureza e o lunário perpétuo no imaginário sertanejo**. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro JP. Geografia – leituras e culturas. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 89-112.
- SEEMANN, J. **Mapeando culturas e espaços**: uma revisão para a geografia cultural no Brasil. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro JP. Geografia – leituras e culturas. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 261-284.
- STANLEY, P. R. S. O ofício do historiador e a escrita da História: dos *Annales* à pós-modernidade, da História às "histórias". **Revista Litteris**, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2009, p. 2-11.
- SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SÜSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui** – o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TELES, G. M. **Estudos goianos II: a crítica e o princípio do prazer**. Goiânia: Ed. da UFG, 1995. (Coleção Documentos Goianos, 27, v. 2).
- TUAN, Yi-Fu, **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VICENTINI, A. O sertão e a literatura. **Sociedade e Cultura**, v.1, n.1, p. 41-54, jan./jun.1998.